



DOCUMENTOS QUE EMBASARAM A PESQUISA DE PREÇOS

Imigrante, 17 de fevereiro de 2025.






EDSON ADILSO HECK
Secretário de Administração, Planejamento e Finanças
SMAPF



PESQUISA DE PREÇOS

DOCUMENTOS QUE EMBASARAM A PESQUISA DE PREÇOS

- PM DE PRESIDENTE LUCENA | Consulta ao LICITACON Cidadão, acesso pelo link:
https://portal.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50500:10:::NO:10:P10_ID_LICITACAO,P10_PAG_RET_ORNO,F50500_CD_ORGAO:1091010,23,&cs=1Kak1dGY3tbSIQV2N3oUIix3wY1s

Processo de Dispensa 25 / 2023		  
Órgão	79500 - PM DE PRESIDENTE LUCENA	
Objeto	FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE PARA GERENCIAMENTO DO IPM (ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO) NA ARRECADAÇÃO DO ICMS (IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS), COM ACOMPANHAMENTO NOS SEGMENTOS DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS, DE CATEGORIA GERAL E SIMPLES NACIONAL, E PRODUÇÃO PRIMÁRIA, ENVOLVENDO SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO, IMPLANTAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE CORPO FISCAL E ASSESSORAMENTO A DISTÂNCIA.	
Data	01/08/2023	
Situação	Encerrada	
Valor Contratado	18.000,00	
LicitaCon / Busca de Contratos / Contrato 92/2023		  
Órgão	PM DE PRESIDENTE LUCENA	
Licitação	Processo de Dispensa 25 / 2023	
Objeto	FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE PARA GERENCIAMENTO DO IPM (ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO) NA ARRECADAÇÃO DO ICMS (IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS), COM ACOMPANHAMENTO NOS SEGMENTOS DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS, DE CATEGORIA GERAL E SIMPLES NACIONAL, E PRODUÇÃO PRIMÁRIA, ENVOLVENDO SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO, IMPLANTAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE CORPO FISCAL E ASSESSORAMENTO A DISTÂNCIA.	
Contratado	MASPER ASSESSORIA LTDA (08.402.772/0001-61)	
Assinatura	02/08/2023	
Vigência	02/08/2023 a 02/08/2024 Prorrogado para 02/08/2025	
Valor Inicial	18.000,00	
Valor Atual	36.760,92	

- PM DE MARATÁ | Consulta ao PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas, acesso pelo link: <https://pncp.gov.br/app/editais/93235943000184/2024/29>

Editais nº 110/2024

Acessar Contratação

Última atualização 02/08/2024

Local: Maratá/RS

Órgão: MUNICIPIO DE MARATÁ

Unidade compradora: 01 - Prefeitura Municipal de Maratá

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico

Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, I

Tipo: Edital

Modo de disputa: Aberto

Registro de preço: Não

Data de divulgação no PNCP: 02/08/2024

Situação: Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 02/08/2024 09:00 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 14/08/2024 08:59 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 93235943000184-1-000029/2024

Fonte: ECustomize Consultoria em Software S.A

Objeto:

[Portal de Compras Públicas] - Contratação de empresa especializada para locação de licença de uso de software de gerenciamento das informações do índice de participação do Município na arrecadação do ICMS.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 35.250,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

R\$ 34.800,00



PESQUISA DE PREÇOS

DOCUMENTOS QUE EMBASARAM A PESQUISA DE PREÇOS

- PM DE COLINAS | Consulta ao LICITACON Cidadão, acesso pelo link:
https://portal.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50500:10:::NO:10:P10_ID_LICITACAO,P10_PAG_RETORNO,F50500_CD_ORGAO:926168,23,&cs=1aecc03dhPBxgvrIPYtd1Of_xfVQ

Licitações /	
Pregão Presencial 3 / 2022	
Órgão	74900 - PM DE COLINAS
Objeto	Implantação de dados e treinamento de uso do sistema; locação da licença de manutenção/suporte mensal.
Abertura	10/02/2022
Situação	Encerrada
Valor Estimado	39.500,00
Valor Homologado	39.500,00
Vencedor	ESSENCIAL ASSESSORIA TRIBUTARIA LTDA (04.210.265/0001-75)
Resultado	Concluída
Homologação	18/02/2022

LicitaCon / Busca de Contratos /	
Contrato 19/2022	
Órgão	PM DE COLINAS
Licitação	Pregão Presencial 3 / 2022
Objeto	Implantação de dados e treinamento de uso do sistema; locação da licença de manutenção/suporte mensal.
Contratado	ESSENCIAL ASSESSORIA TRIBUTARIA LTDA (04.210.265/0001-75)
Assinatura	18/02/2022
Vigência	18/02/2022 a 18/02/2023 Prorrogado para 17/02/2025
Valor Inicial	39.500,00
Valor Atual	117.379,04

- PM DE CAPITÃO | Consulta ao PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas, acesso pelo link: <https://pncp.gov.br/app/editais/94706132000187/2024/79>

Ato que autoriza a Contratação Direta nº 29/2024

Última atualização 25/06/2024

Local: Capitão/RS Órgão: MUNICÍPIO DE CAPITAO Unidade compradora: 156 - P.M. De Capitaio

Modalidade da contratação: Dispensa Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 75, II Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta Modo de disputa: Não se aplica

Registro de preço: Não

Data de divulgação no PNCP: 25/06/2024 Situação: Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 94706132000187-1-000079/2024 Fonte: Tecnosweb - Tecnologia de Gestão

Objeto:

LOCAÇÃO DE SOFTWARES

Informação complementar:

Locação de licença de uso de software de gerenciamento das informações do índice de participação do Município na arrecadação do ICMS

VALOR TOTAL ESTIMADO
DA COMPRA
R\$ 41.335,08

VALOR TOTAL
HOMOLOGADO DA
COMPRA
R\$ 41.335,08



PESQUISA DE PREÇOS

DOCUMENTOS QUE EMBASARAM A PESQUISA DE PREÇOS




Contrato nº 44/2024/2024




Última atualização 25/06/2024

Local: Capitão/RS **Órgão:** MUNICIPIO DE CAPITAO **Unidade executora:** 156 - P.M. De Capitaio
Tipo: Outros **Receita ou Despesa:** Despesa **Processo:** 466/2024 **Categoria do processo:** Compras
Data de divulgação no PNCP: 25/06/2024 **Data de assinatura:** 20/06/2024 **Vigência:** de 20/06/2024 a 20/06/2025
Id contrato PNCP: 94706132000187-2-000029/2024 **Fonte:** Tecnosweb - Tecnologia de Gestão **Id contratação PNCP:** [94706132000187-1-000079/2024](#)
Objeto:
Locação de licença de uso de software de gerenciamento das informações do índice de participação do Município na arrecadação do ICMS

VALOR CONTRATADO R\$ 41.335,08	FORNECEDOR:		
	Tipo: Pessoa jurídica	CNPJ/CPF: 08.402.772/0001-61	Consultar sanções e penalidades do fornecedor
	Nome/Razão social: MASPER ASSESSORIA LTDA		

- PM DE SOLEDADE | Consulta ao LICITACON Cidadão, acesso pelo link:
https://portal.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50500:10:::NO:10:P10_ID_LICITACAO,P10_PAG_RETORNO:1275877,19&cs=17CGgN6xsLZVGI9LYVfid0pb_qLw

Licitacão / Busca de Licitacões / Pregão Lei 14.133/21 Eletrônico 97 / 2024		  
Órgão	60800 - PM DE SOLEDADE	
Objeto	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE ESPECÍFICO PARA GERENCIAMENTO DO ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NA ARRECADAÇÃO DO ICMS, JUNTAMENTE COM SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO, IMPLANTAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO E TREINAMENTO DE PESSOAL, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E FISCALIZAÇÃO.	
Abertura	21/11/2024	
Situação	Encerrada	
Valor Estimado	395.000,00	
Valor Homologado	387.100,00	
Resultado	Concluída	
Homologação	02/12/2024	

Contratos / Contrato 174/2024		  
Órgão	PM DE SOLEDADE	
Licitacão	Pregão Lei 14.133/21 Eletrônico 97 / 2024	
Objeto	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE ESPECÍFICO PARA GERENCIAMENTO DO ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NA ARRECADAÇÃO DO ICMS, JUNTAMENTE COM SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO, IMPLANTAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO E TREINAMENTO DE PESSOAL, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E FISCALIZAÇÃO.	
Contratado	ESSENCIAL ASSESSORIA TRIBUTÁRIA LTDA - EPP (04.210.265/0001-75)	
Assinatura	02/12/2024	
Vigência	02/12/2024 a 02/12/2025	
Valor Inicial	387.100,00	
Valor Atual	387.100,00	



PESQUISA DE PREÇOS

DOCUMENTOS QUE EMBASARAM A PESQUISA DE PREÇOS

- PM DE IGREJINHA | Consulta ao LICITACON Cidadão, acesso pelo link:
https://portal.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50500:23:::NO:23:P23_ID_CONTRATO,P23_PAG_RETORNO:1135314,28&cs=1Gf8NyZfrRfkK97vPcWlhVgy2Ik4

Processo de Inexigibilidade 1317 / 2024



Órgão	50000 - PM DE IGREJINHA
Objeto	Prestação de serviços de assessoria na formação do índice de participação do Município no retorno do ICMS, bem como na atuação ativa e acompanhamento para a melhoria do índice de participação do Município.
Data	01/10/2024
Situação	Encerrada
Valor Contratado	42.000,00

Contrato 101/2024



Órgão	PM DE IGREJINHA
Licitação	Processo de Inexigibilidade 1317 / 2024
Objeto	Prestação de serviços de assessoria na formação do índice de participação do Município no retorno do ICMS, bem como na atuação ativa e acompanhamento para a melhoria do índice de participação do Município.
Contratado	Hickmann & Schaurich Assessoria Empresarial Ltda - Me (09.302.958/0001-01)
Assinatura	01/10/2024
Vigência	01/10/2024 a 01/10/2025
Valor Inicial	42.000,00
Valor Atual	42.000,00

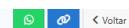
- PM DE MOSTARDAS | Consulta ao LICITACON Cidadão, acesso pelo link:
https://portal.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50500:10:::NO:10:P10_ID_LICITACAO,P10_PAG_RETORNO,F50500_CD_ORGAO:1287710,23,&cs=117oN3u335eXsNjTDGy_Q5bVIQyw

Processo de Dispensa 141 / 2024



Órgão	52400 - PM DE MOSTARDAS
Objeto	LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE PARA GERENCIAMENTO DO IPM NA ARRECADAÇÃO DO ICMS E ISS.
Data	03/12/2024
Situação	Encerrada
Valor Contratado	21.000,00

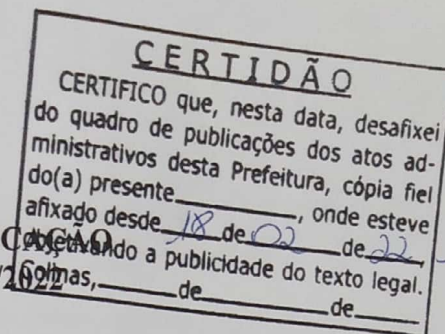
Contrato 143/2024



Órgão	PM DE MOSTARDAS
Licitação	Processo de Dispensa 141 / 2024
Objeto	LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE PARA GERENCIAMENTO DO IPM NA ARRECADAÇÃO DO ICMS E ISS.
Contratado	MASPER ASSESSORIA LTDA (08.402.772/0001-61)
Assinatura	03/12/2024
Vigência	03/12/2024 a 03/06/2025
Valor Inicial	21.000,00
Valor Atual	21.000,00



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE COLINAS



HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

Pregão Presencial 003-02/2022

Ata 005-02/2022

Ata 006-02/2022

I. OBJETO DO EDITAL:

É objeto deste edital a contratação de empresa para locação de licença de software para gerenciamento das receitas e transferências dos icms e assessoria técnica especializada aos servidores.

II. EMPRESA VENCEDORA:

ESSENCIAL ASSESSORIA TRIBUTÁRIA LTDA

III. VALOR UNITÁRIO:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
01	Implantação dos dados e Treinamento de uso do sistema;	Serv.	01	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00
02	Locação da licença e Manutenção/suporte mensal.	Mês	12	R\$ 3.000,00	R\$ 36.000,00
R\$ TOTAL					R\$ 38.500,00

IV. APLICAÇÃO:

Secretaria Municipal Da Administração, Fazenda e Agricultura

VI. HOMOLOGAÇÃO:

Com base nas considerações expostas da Ata 005-02/2022, Ata 006-02/2022, Pregão Presencial 003-02/2022, forma de julgamento menor preço, e por estar dentro do preço de mercado, conforme a Lei nº 8.666/93 e alterações e mediante Parecer Jurídico, HOMOLOGO e ADJUDICO o julgamento da Comissão de Licitações que proclamou vencedora a empresa supra mencionada.

Colinas, 18 de fevereiro de 2022.


SANDRO RANIERI HERRMANN
Prefeito Municipal



CERTIDÃO

CERTIFICO que, nesta data, desafixei do quadro de publicações dos atos administrativos desta Prefeitura, cópia fiel do(a) presente _____, onde esteve afixado desde 18 de 02 de 22, objetivando a publicidade do texto legal. Colinas, _____ de _____ de _____

CONTRATO Nº 019-02/2022

O **MUNICÍPIO DE COLINAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede da Prefeitura Municipal na Rua Olavo Bilac, 370, Colinas/RS, inscrito no CNPJ sob nº 94.706.140/0001-23, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **SANDRO RANIERI HERRMANN**, brasileiro, empresário, casado, portador do CPF nº 495.546.110-72 e RG nº 8028135393, residente e domiciliado nesta cidade Colinas/RS, de agora em diante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa **ESSENCIAL ASSESSORIA TRIBUTÁRIA LTDA.**, CNPJ nº 04.210.265/0001-75, com sede na Avenida Pedro Blos, nº 65, sala 01, bairro Centro, Campo Bom/RS, neste ato representado por **SIDNEI DIECKOW LIMA**, brasileiro, casado, contador, portador do CPF nº 004.682.930-00 e RG nº 1067036961, residente e domiciliado rua Martin Lutero, nº 1019, casa 03, bairro Sagrada Família, Taquara/RS, denominada simplesmente de **CONTRATADA**, ajustam entre si, conforme processo administrativo nº 1045/2021, Pregão Presencial 03-02/2022 regido pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

1.1 - Regem o presente contrato não só as cláusulas e condições nele inseridas, como também a Lei Federal nº 10.520/02, e suas alterações e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666, de 21.06.93, com suas alterações posteriores, especialmente as do Capítulo III - Dos Contratos a que se referem os arts. 54 a 80 ficando as partes contratantes sujeitas ao estrito cumprimento das cláusulas ora avençadas e das normas aqui citadas, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

1.2- O Pregão Presencial nº 003-02/2022, e seus anexos, especificações e demais condições e prazos contidos na proposta, passam a integrar o presente contrato, para todos os efeitos de direito, uma vez que a contratada continuará vinculada ao cumprimento do que apresentou na proposta de preços até o término do prazo contratual.

2. DO OBJETO:

2.1 Objeto da presente licitação a **Contratação de Empresa Especializada para Locação de uso de software, com fornecimento e manutenção de sistema de Informática (software) e suporte técnico remoto, para o gerenciamento das receitas de transferências do ICMS; bem como suporte e assessoria técnica especializada aos servidores (usuários) na utilização do sistema e implantação dos dados, instalação do sistema e treinamento de uso para o município de Colinas/RS, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência constante do Anexo e demais considerações e exigências abaixo Constitui:**

2.2 A licitante vencedora ficará obrigada a iniciar os serviços no prazo máximo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato;

2.3 As despesas com transporte, equipamentos e mão de obra correrão por conta da licitante vencedora;

2.4 A licitante deverá apresentar preço total, em reais, para o objeto deste Edital, considerando inclusos todos os impostos e encargos sociais decorrentes da prestação dos serviços, sendo que os preços deverão ser apresentados com apenas duas casas após a vírgula.

3.0 PREÇO, PAGAMENTO E REAJUSTES

3.1 - O Município pagará à **CONTRATADA**, em contrapartida aos serviços o valor conforme quadro abaixo, no qual estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, tais como: encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício:



ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
01	Implantação dos dados e Treinamento de uso do sistema;	Serv.	01	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00
02	Locação da licença e Manutenção/suporte mensal.	Mês	12	R\$ 3.000,00	R\$ 36.000,00
R\$ TOTAL					R\$ 38.500,00

3.2 - O pagamento será efetuado até o décimo dia útil do mês subsequente a prestação dos serviços. A contratada deverá emitir e apresentar a **Nota Fiscal/Fatura**, na qual conste o número do Edital de Pregão. Serão retidos 11% do valor do empenho, caso a contratada não apresentar prova de recolhimento do INSS e do FGTS do último mês.

3.3 - A quitação não será aceita sob reserva ou condição, correndo por conta da CONTRATADA todas as eventuais despesas daí decorrentes.

3.4 - Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades assumidas neste contrato, quaisquer que sejam, nem implicará na aprovação definitiva dos serviços executados e quitados.

3.5. Para receber o pagamento, a Contratada deverá, na entrega dos materiais, apresentar nota fiscal no setor de empenhos.

4.0 DOS PRAZOS

4.1 - O prazo de execução do presente contrato será de 12 (doze) meses, e contar-se-á a partir da assinatura do presente, sendo possível a sua prorrogação.

Parágrafo Primeiro – A critério do **CONTRATANTE**, verificada a presença de oportunidade, conveniência e interesse público, poderá ser procedida a prorrogação do presente contrato por períodos iguais e sucessivos, nos termos do art. 57, II da Lei 8.666/93.

Parágrafo Segundo - Havendo prorrogação, os valores ajustados na CLÁUSULA SEGUNDA serão atualizados pelo índice do IGP-M ou outro índice oficial acordado entre as partes, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial, devendo ser comprovadas as eventuais modificações nos custos da **CONTRATADA**, sendo possível, inclusive, fixar valor menor do atualmente estipulado.

4.2 - O atraso injustificado na entrega prestação de serviços, sujeitará o infrator ao pagamento de multa estipulada neste instrumento.

4.3 - A CONTRATADA fica sujeita e compromete-se cumprir os prazos que a Administração Municipal determinar para o cumprimento do objeto deste contrato.
13.3. A entrega do objeto é de responsabilidade da Contratada, devendo ser entregues ao Poder Público conforme disposições do edital.

5.0 EXECUÇÃO, RESPONSABILIDADES E FISCALIZAÇÃO

5.1 – A fiscalização do cumprimento das disposições será realizada pelo servidor **Raquel Andréia Klein Diehl**.

5.2 À fiscalização cabe conferir as especificações da(s) nota(s) fiscal(is) e do(s) material/produtos(s) fornecidos.

5.3. Caberá à fiscalização, por parte dos responsáveis pela Secretaria respectiva ao receber os produtos, ser aferida a compatibilidade dos mesmos com as especificações exigidas, inclusive no que concerne aos quantitativos exigidos.

5.4. O recebimento definitivo do(s) produtos(s) será dado no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da entrega do(s) produto(s), após verificada sua adequação pela fiscalização competente.



- 5.5. Não será aceito produto que não atenda às especificações constantes na descrição do objeto. Os produtos recusados pela Fiscalização deverão ser substituídos pela contratada no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do recebimento de comunicado específico lavrado pela Fiscalização.
- 5.6. Em caso de aprovação do produto pela Fiscalização, esta encaminhará a nota fiscal, ao setor de empenhos.
- 5.7. O recebimento provisório ou definitivo dos produtos, por parte da respectiva Secretaria, não exclui a responsabilidade da empresa Contratada pela qualidade, eficiência e adequação dos produtos entregues ao Poder Público.

6.0 DAS INFRAÇÕES: PENALIDADES E MULTAS

6.1 - Da Contratada:

6.1.1 - Advertência por escrito, caso verificadas pequenas irregularidades, para as quais a Contratada tenha concorrido;

6.1.2 - multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, limitado esta a 05 (cinco) dias úteis, após o qual será considerado inexecução contratual;

6.1.3 - multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um) ano;

6.1.4 - multa de 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos.

6.1.5 - na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei;

7.0 DA RESCISÃO

7.1- O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

- por ato amigável, havendo interesse público;
- por ato unilateral ou escrito do Contratante;
- não cumprimento ou cumprimento irregular das obrigações contratuais;
- paralisação, sem causa e sem prévia comunicação, dos serviços;
- subcontratação total ou parcial do objeto contratado, sem prévia autorização do contratante;
- razões de interesse público;
- judicialmente, nos termos da legislação processual vigente;
- liquidação judicial ou extrajudicial, concordata ou falência da Contratada.

7.2- Verificada a infração do contrato, o Contratante notificará a Contratada, para que purgue a mora, no prazo fixado, sem prejuízo de responder por perdas e danos decorrentes dessa mora.

7.3 - A Contratada indenizará o Contratante por todos os prejuízos que este vier a causar em decorrência da rescisão deste contrato por inadimplemento de suas obrigações, inclusive, perdas e danos porventura decorrentes para o Município.

7.4 - Uma vez rescindido o presente contrato, e desde que ressarcido de todos os prejuízos, o Contratante poderá efetuar à Contratada o pagamento de serviços corretamente executados.

7.5 - Em caso de procedimento judicial, para a rescisão do contrato, sujeitará a Contratada à multa convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor hora do contrato multiplicado por doze, mais perdas e danos, custas e honorários advocatícios.

3

8.0 DA DOTAÇÃO

7.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da seguinte rubrica:



03 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
2007 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
3.3.3.90.39.00000000 - Outros Serviços de Terceiros - PJ (311)

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
2011 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DA FAZENDA
3.3.3.90.39.00000000 - Outros Serviços de Terceiros - PJ (405)

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA
01 - AGRICULTURA
2033 - GESTÃO DA POLITICA AGRICOLA
3.3.3.90.39.00000000 - Outros Serviços de Terceiros - PJ (813)

9.0 DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 - Toda e qualquer modificação somente poderá ser introduzida ao presente contrato, através de aditamento, expressamente autorizado pela autoridade competente.

9.2 - O Contratante poderá contratar com outras empresas, simultaneamente, a execução de serviços distintos dos do objeto deste contrato.

9.3 - A Contratada assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução do presente contrato, sejam de natureza trabalhista, Fiscal, previdenciária, social, comercial, civil, inexistindo qualquer espécie de solidariedade do Contratante relativamente a esses encargos, inclusive, os que contratualmente advierem de prejuízos causados a terceiros.

9.4 - As partes elegem o Foro da Comarca de Estrela - RS, para dirimirem as dúvidas acaso emergentes do presente contrato.

9.5 - O presente contrato obriga os contratantes, seus herdeiros e/ou sucessores, ao integral cumprimento do aqui avençado.

E, por estarem assim, plenamente ajustados, firmam o presente contrato em quatro vias de igual forma e teor, na presença de duas testemunhas instrumentais, para que produza os seus legais e jurídicos efeitos.

Colinas, 18 de fevereiro de 2022

Assinado de forma digital por

SANDRO RANIERI
HERRMANN:49554611072
Dados: 2022.02.18 11:21:21
-03'00'

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE COLINAS
SANDRO RANIERI HERRMANN
PREFEITO MUNICIPAL

SIDNEI DIECKOW
LIMA:00468293000

Assinado de forma digital por

SIDNEI DIECKOW
LIMA:00468293000
Dados: 2022.02.18 14:00:22 -03'00'

CONTRATADA
ESSENCIAL ASSESSORIA TRIBUTÁRIA LTDA
SIDNEI DIECKOW LIMA

TESTEMUNHAS:

Nº CPF

Nº CPF



ATA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 29/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 466/2024

Aos vinte dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, às oito horas e quinze minutos, na sala do Setor de Compras e Licitações do Centro Administrativo Municipal, reuniu-se o Agente de Contratação e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 269/2023 a fim de verificar o recebimento de documentos e propostas referente à Dispensa de Licitação nº 29/2024, Processo Administrativo nº 466/2024 o qual tem como objeto a **locação de licença de uso de software de gerenciamento das informações do índice de participação do Município na arrecadação do ICMS**, conforme especificações do edital. Iniciou-se o certame com a verificação do recebimento de propostas e documentos por empresas interessadas no presente processo. Verificou-se o envio de documentos e proposta, de somente uma empresa, sendo: **MASPER ASSESSORIA LTDA – CNPJ 08.402.772/0001-61**. Ao proceder a análise da proposta e documentação apresentada, constatou-se que a empresa está devidamente habilitada, para o fornecimento do objeto do presente processo, **ofertando o valor mensal de R\$ 3.444,59**. Nada mais havendo a constar, encerrou-se a presente ata, que será assinada pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio, passando-se após para adjudicação e homologação pelo Prefeito Municipal.

Documento assinado digitalmente



PAULO CESAR RIZZI
Data: 20/06/2024 15:17:52-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

PAULO CÉSAR RIZZI
Agente de Contratação

ADRIANA
BRUXEL

BROD:77288955
087

Assinado de forma
digital por ADRIANA
BRUXEL

BROD:77288955087
Dados: 2024.06.20
14:50:41 -03'00'

DANIELA
DIETRICH:012
34660083

Assinado de forma
digital por DANIELA
DIETRICH:01234660083
Dados: 2024.06.20
16:37:36 -03'00'

Equipe de Apoio: ADRIANA BRUXEL BROD

DANIELA DIETRICH



DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

Nos termos do **Art. 75, inciso II** da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/2006, dos **Decretos Municipais nº 39/2023 e nº 45/2023**, após cumpridas as condições da ata de abertura do certame, **HOMOLOGO** o resultado do Processo Administrativo nº 466/2024, Dispensa de Licitação nº 29/2024, **ADJUDICANDO** a locação de licença de uso de software de gerenciamento das informações do índice de participação do Município na arrecadação do ICMS, conforme detalhado abaixo:

Fornecedor: MASPER ASSESSORIA LTDA – CNPJ 08.402.772/0001-6						
Item	Código Interno Serviço	Descrição do Objeto	Unidade de Apresentação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	5697	Licença de uso de software de gerenciamento das informações do índice de participação do Município na arrecadação do ICMS, com suporte técnico e manutenção, incluindo implantação, parametrização, treinamento e assessoria permanente, destinados ao atendimento das necessidades dos serviços, da modernização e da eficiência da Administração Tributária Municipal	MÊS	12	R\$ 3.444,59	R\$ 41.335,08

Capitão/RS, 20 de junho de 2024

JARI HUNHOFF
PREFEITO MUNICIPAL



CONTRATO Nº 44/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 466/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 29/2024

O **Município de Capitão**, com sede na Rua 20 de Março, 109, Centro, Capitão/RS, CEP 95.935-000, inscrito sob o CNPJ 94.706.132/0001-87, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. Jari Hunhoff, CPF 628.858.390-15, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa **MASPER ASSESSORIA LTDA**, estabelecida na Avenida Carlos Gomes, 649, Bairro Auxiliadora, cidade de Porto Alegre/RS, CEP 90.480-003, inscrita sob o CNPJ 08.402.772/0001-61, representada neste ato pelo Sr. Milton Antonio Mattana, CPF 434.084.860-34, doravante denominada de CONTRATADA, tendo em vista a homologação do resultado do Dispensa de Licitação nº 29/2024, resolvem celebrar o presente contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/2006, dos Decretos Municipais nº 39/2023 e nº 45/2023, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira - Do Objeto e Execução

1.1 É objeto do presente contrato a **locação de licença de uso de software de gerenciamento das informações do índice de participação do Município na arrecadação do ICMS**, com suporte técnico e manutenção, incluindo implantação, parametrização, treinamento e assessoria permanente, destinados ao atendimento das necessidades dos serviços, da modernização e da eficiência da Administração Tributária Municipal devendo ter as seguintes características e funcionalidades:

1.1.1 Operar em plataforma Web, possibilitando que seja acessível de fora da rede da Prefeitura Municipal de Capitão;

1.1.2 Ser multiusuários, multitarefas, integrados, utilizando uma base única;

1.1.3 Ser acessível utilizando as plataformas já instaladas e utilizadas pela municipalidade;

1.1.4 Ser compatível com múltiplos navegadores e sistemas operacionais;

1.1.5 Permitir a exportação dos dados em formato portátil de documento (PDF), planilha eletrônica (EXCEL) e texto (TXT);

1.1.6 Hospedagem, manutenção e atualizações do sistema por conta da contratada.

1.1.7 O sistema deverá ter os seguintes módulos e funcionalidade:

1.1.7.1 Gestão do Índice de Participação dos Municípios: permitir a importação das informações que compõe o Valor Adicionado Fiscal – VAF do Município, das empresas modalidade categoria Geral, Simples Nacional e da Produção Primária, disponibilizadas pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul – SEFAZ/RS e pela Receita Federal do Brasil – RFB.

1.1.7.2 Análise das Guias de Informações e Apuração do ICMS – GIA: permitir a importação dos dados das GIAs dos contribuintes categoria Geral, disponibilizadas pela SEFAZ/RS, com validação e geração de indícios ou inconsistências com detalhamento por Códigos Fiscais de Operações e Prestações – CFOP e respectivo enquadramento legal.

1.1.7.3 Simples Nacional: permitir a captação dos dados das empresas enquadradas no regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, previsto na Lei Complementar nº 123, de 14



de dezembro de 2006, Simples Nacional, por meio da importação das informações da Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais - DEFIS e do Programa Gerador de Documento de Arrecadação do Simples Nacional Declaratório - PGDAS-D entregues pelos contribuintes à Receita Federal do Brasil.

1.1.7.4 Produção Primária: permitir a importação dos dados da produção primária do Município, por meio das informações de saídas e entradas dos produtores, disponibilizados pela SEFAZ/RS com posterior geração do VAF de cada inscrição.

1.1.7.5 Análise do Anexo XVI da GIA: permitir a importação dos dados declarados por contribuintes com sede em outros Municípios por meio do Anexo XVI da GIA disponibilizados pela SEFAZ/RS.

1.1.7.6 Comunicação de Verificação de Indícios – CVI: permitir a geração de CVI, por meio das informações oriundas das empresas categoria Geral e Simples Nacional de forma automatizada.

1.1.7.7 Incentivos: módulo com possibilidade de calcular e gerenciar os incentivos, permitindo calcular e projetar o retorno financeiro de cada empresa.

1.1.7.8 Relatórios: permitir a geração de relatórios e exportação dos dados em formato portátil de documento (PDF), planilha eletrônica (EXCEL) e texto (TXT).

1.1.7.9 Nota Fiscal Eletrônica Conjugada: Módulo que possibilite a importação das informações da Nota Fiscal Eletrônica – Nfe, conjugadas, com posterior emissão de relatórios.

1.1.7.10 Cartões de Crédito e Débito: importações dos arquivos fornecidos pela Fazenda Estadual contendo as informações das administradoras de cartão de crédito e débito que mantenham operação no Município, com posterior Cruzamento do faturamento declarado pelas empresas.

1.1.7.11 Possibilidade de customização conforme necessidades específicas relativas ao Município de Capitão que possam surgir ao longo do contrato e conforme atualizações legais e de procedimentos contábeis e tributários adotados pelos entes federativos.

1.2 A CONTRATADA, deverá:

1.2.1 Disponibilizar durante a implantação um técnico de forma presencial ou remota para acompanhamento do processo e demandas junto a Prefeitura;

1.2.2 Realizar ações de suporte periódicas de apoio e auxílio da Receita Municipal nas definições de estratégias e ações a serem realizadas pela equipe da Supervisão de Fiscalização de Transferências Constitucionais com foco no aprimoramento do software, incremento da arrecadação e redução da evasão fiscal;

1.2.3 Ministrar treinamento do sistema para o respectivo corpo técnico da Receita Municipal para o mínimo de 3 (três) servidores a ser realizado na Prefeitura Municipal de Capitão;

1.2.4 Prestar assessoramento, durante toda a vigência do contrato, à equipe da Fiscalização Tributária nas questões relativas ao sistema de Gestão ao Índice de Participação, aos assuntos do Simples Nacional e as importações referentes às informações de cartões de crédito.



1.2.5 Prestar os serviços, com pessoal próprio, utilizando profissionais especializados e em número suficiente para o fiel cumprimento do contrato.

1.3 A execução do objeto deverá ser procedida conforme detalhamento constante no Termo de Referência, proposta e demais anexos da Dispensa de Licitação nº 29/2024, o qual faz parte integrante deste termo.

Cláusula Segunda - Da Vigência

2.1 O presente instrumento terá vigência de 12 (doze) meses a partir da sua assinatura.

2.2 O presente contrato, caso haja interesse, poderá ser prorrogado nos termos do Art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

Cláusula Terceira - Do Preço

3.1 A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor mensal de **R\$ 3.444,59 (Três mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos)**, totalizando **R\$ 41.335,08 (Quarenta e um mil, trezentos e trinta e cinco reais e oito centavos)**, sendo neste já incluídas todas as despesas com impostos, salários, deslocamentos, fretes e demais encargos que venham a ocorrer em decorrência da execução do objeto.

3.2 Não haverá reajuste de preços pelo prazo do contrato.

3.3 Ocorrendo a prorrogação do prazo contratual na forma da Cláusula Segunda, o mesmo será reajustado pelo índice IPCA acumulado nos últimos doze meses.

Cláusula Quarta – Do Pagamento

4.1 A despesa depois de liquidada será paga mensalmente em parcela única no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento total do objeto mediante apresentação da Nota Fiscal, através de crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

4.2 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada, da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 Lei nº 14.133/2021.

4.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

4.4 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

4.5 Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Aviso de Contratação Direta.

4.6 Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.



4.7 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

4.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

4.9 Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

4.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação de habilitação.

4.11 Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.

4.12 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4.13 A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

4.14 Na Nota Fiscal deverá obrigatoriamente constar o número da Ordem de Compra e/ou Nota de Empenho, do Contrato e ainda demais informações que possam vir a ser solicitadas.

4.15 Na emissão da Nota Fiscal, para fins de retenção de Imposto de Renda (IR), deverá ser observada a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012.

4.16 As despesas para atender a este contrato, estão programadas em dotação orçamentária prevista na Lei Orçamentária Anual, conforme indicação abaixo:

03.01 – Sec. Mun. Administração e Finanças
2.100 – Manutenção da Administração Tributária
3.3.90.40.00.000000 – SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (528)
3.3.90.40.06.000000 – LOCAÇÃO DE SOFTWARES (31122)

Cláusula Quinta - Das Obrigações

5.1 São obrigações da CONTRATANTE:

5.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;



5.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Aviso de Contratação Direta e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3 Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5 Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Aviso de Contratação Direta e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021;

5.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.3 São obrigações da CONTRATADA:

5.3.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Aviso de Contratação Direta, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

5.3.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade;

5.3.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

5.3.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

5.3.5 Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5.3.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.7 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

5.3.8 Cumprir com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, além de atender às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

Cláusula Sexta - Das Penalidades

6.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

6.1.1 Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;



- 6.1.2** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 6.1.3** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 6.1.4** Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 6.1.5** Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 6.1.6** Apresentar declaração ou documentação falsa;
- 6.1.7** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 6.1.8** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 6.1.9** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 6.1.10** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

6.2 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- e) Advertência por escrito;
- a) Multa;
- b) Impedimento de licitar e contratar;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

- 6.3** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 6.4** A sanção prevista na alínea “b” do item 6.2, será de 30% (trinta por cento) do valor do contrato celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.
- 6.5** As multas serão descontadas dos pagamentos devidos ou na forma do § 8º, art. 156 da Lei 14.133/2021.
- 6.6** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.
- 6.7** Serão publicadas na Imprensa Oficial, as sanções administrativas previstas neste termo.

Cláusula Sétima – Da Extinção

7.1 O presente termo de contrato poderá ser extinto:

- 7.1.1** Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Aviso de Contratação Direta;



7.1.2 Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

7.2 A extinção contratual deverá ser formalmente motivada nos autos de processo administrativo assegurado à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa, verificada a ocorrência de um dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

7.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

7.4 O termo de rescisão será precedido de relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

7.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

7.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

7.4.3 Indenizações e multas.

Cláusula Oitava – Das Vedações

8.1 É vedado à contratada:

8.1.1 Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

8.1.2 Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

Cláusula Nona – Das Alterações

9.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

9.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Cláusula Décima – Da Fiscalização

10.1 Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 46/2023, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 Lei nº 14.133/2021.

10.3 O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.4 O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.



10.5 O fiscal designado não deverá ter exercido a função de Pregoeiro na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 - Plenário e, TCU, acórdão 2146/2011, Segunda Câmara).

10.6 A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 - Plenário).

Cláusula Décima Primeira - Dos Casos Omissos

11.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

Cláusula Décima Segunda - Da Vinculação ao Aviso de Contratação Direta

12.1 O presente termo fica plenamente vinculado ao Aviso de Contratação Direta da Dispensa de Licitação Nº 29/2024 em todos os seus termos independentemente de estarem ou não aqui transcritos.

Cláusula Décima Terceira - Do Foro e da LGPD

13.1 Conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021, fica eleito o Foro da cidade de Arroio do Meio, com exclusão de qualquer outro para dirimir quaisquer dúvidas relacionadas com o presente contrato.

13.2 Ao assinar o presente Termo, a CONTRATADA declara ter total conhecimento e de que durante a vigência contratual, cumprirá plenamente as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei Federal nº 13.709/2018 de 14 de Agosto de 2018, sob pena de responsabilização pelo descumprimento da mesma.

Capitão/RS, 20 de junho de 2.024.

JARI
HUNHOFF:628
85839015
Município de Capitão
Sr. Jari Hunhoff
CONTRATANTE

Assinado de forma digital por JARI
HUNHOFF:62885839015
Dados: 2024.06.20 16:30:40 -03'00'

MASPER ASSESSORIA
LTDA:084027720001
61
MASPER ASSESSORIA LTDA
Sr. Milton Antonio Mattana
CONTRATADA

Assinado de forma digital por MASPER ASSESSORIA
LTDA:08402772000161
Dados: 2024.06.24 15:46:16 -03'00'

CARLOS
HENRIQUE
CADORE
Carlos Henrique Cadore
Assessor Jurídico Municipal
OAB/RS 103.518

Assinado de forma digital por CARLOS
HENRIQUE CADORE
Dados: 2024.06.21 16:36:44 -03'00'

Testemunhas: ADRIANA
BRUXEL
BROD:7728895
5087

Assinado de forma digital por ADRIANA
BRUXEL
BROD:77288955087
Dados: 2024.06.24 14:33:04 -03'00'

DANIELA
DIETRICH:01
234660083

Assinado de forma digital por DANIELA
DIETRICH:01234660
083
Dados: 2024.06.25 11:34:13 -03'00'



RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO – AU317/2024

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE - LEI Nº 14.133/2021

PREFEITO MUNICIPAL ratifica a Inexigibilidade de Licitação, com base legal no Parecer Jurídico, Art. 74, *inciso III, alínea “c”* c/c o artigo 72, ambos da Lei nº 14.133/2021, conforme Autorização de Licitação nº 317/2024, com contratação de Pessoa Jurídica na prestação de serviços de assessoria na formação do índice de participação do Município no retorno do ICMS, bem como na atuação ativa e acompanhamento para a melhoria do índice de participação do Município, conforme segue:

1 - OBJETO:

1.1 - Contratação Pessoa Jurídica na prestação de serviços de assessoria na formação do índice de participação do Município no retorno do ICMS, bem como na atuação ativa e acompanhamento para a melhoria do índice de participação do Município.

OBSERVAÇÕES:

1. Assessoria no exame das guias GMB/GIAS disponibilizadas pela receita estadual, com base no somatório das guias apresentadas pelas empresas comerciais, industriais, prestadoras de serviços de transporte e comunicações, com o objetivo de verificar a correção das mesmas, evitando prejuízos ao Município;
2. Com o mesmo propósito, assessoria no exame dos anexos "1", "2", "3", "4", "5" e "6" das referidas guias;
3. Confirmação dos dados informados junto às respectivas empresas com orientação para o correto preenchimento, bem como a substituição nos casos necessários;
4. Orientação preventiva para as empresas e contabilistas do Município, evitando a informação incorreta, passível de substituição de guia;
5. Reuniões e/ou contatos de orientação para os contabilistas do Município;
6. Revisão da metodologia utilizada pela secretaria da fazenda do município para acompanhamento do SITAGRO, especialmente quanto ao exame das guias modelo "a" (produtores), visando o controle das operações: - de produtor para consumidor final; - de produtor a produtor de outro município; - transferência para outro estabelecimento do produtor, em outro município; - comercialização para outro estado ou exterior; - comercialização para estabelecimento comercial ou industrial.
7. Assessoramento após a publicação dos índices provisórios: assessoria na preparação, montagem e apresentação de recurso a ser interposto junto ao DTIF - divisão de tecnologia e informações fiscais da Secretaria da Fazenda do Estado, sempre que houver condições técnicas para melhoria do índice;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA



Ratificação de Licitação nº 317/2024 - fl.2

8. Revisão, em conjunto com os funcionários do setor, dos trabalhos efetuados e avaliação dos procedimentos adotados com vistas ao seu aperfeiçoamento e início das atividades necessários à preparação do censo seguinte;
9. Orientação, quando necessário, aos funcionários do Município que atuam no setor executando essas tarefas;
10. Orientação, consultoria e palestras aos encarregados das informações nas empresas e escritórios contábeis;
11. Intensificar e ampliar a adesão ao Programa de Integração Tributária – PIT, parceria está, com base em Ações Mútua de Colaboração entre o Estado e o Município, cujo objetivo é incentivar e avaliar as ações municipais de interesse mútuo do município no crescimento da arrecadação do ICMS.
12. Manter o acompanhamento permanente das informações constantes nos Relatórios disponibilizados pela SEFAZ RS, na medida das atualizações das informações dos contribuintes modalidade GERAL, estabelecendo comparativos com o mesmo período de anos anteriores.
13. Elaboração de CVIs. (Comunicação de Verificação de Indícios) consistindo no levantamento, análise e definição na constatação de possíveis indícios de irregularidades, tanto em relação a problemas com endereço, como também nos casos de serem apuradas evidências de irregularidade na análise das GMBGIAS.
14. Assessoramento na integração das rotinas de lançamentos de tributos municipais, utilizando todas as informações resultantes e extraídas das inconsistências encontradas no período, especialmente as divergências das informações constantes nos arquivos da SEFAZ referente a movimentação de Cartões de Crédito e Débito no comparativo com a movimentação informada pelo contribuinte no mesmo período.
15. Assessoramento no acompanhamento do atendimento por parte de contribuintes do município, beneficiados por Lei municipal de incentivos fiscais e econômicos, como também, nas apurações, cálculos e definições de valores referentes aos incentivos resultantes de subvenções econômicas, calculadas sobre o acréscimo do valor adicionado.

A CONTRATADA deverá prestar o serviço junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE quando solicitado, ou no estabelecimento da mesma, bem como deverá indicar o seu preposto.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA



Ratificação de Licitação nº 317/2024 - fl.3

A empresa contratada é **HICKMANN & SCHAURICH ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o Nº 09.302.958/0001-01.

A execução dos serviços dar-se-á pelo prazo de 12 (doze) meses, por meio de Contrato, podendo ser prorrogado nos limites da Lei nº 14.133/2021.

O valor mensal é de R\$3.500,00 e o valor total é de R\$42.000,00 (Quarenta e Dois Mil Reais).

O pagamento será efetuado mensalmente em até 10 (dez) dias do mês subsequente ao da sua prestação, desde que a Nota Fiscal acompanhada do relatório mensal dos serviços prestados tenha dado entrada até o último dia útil do mês vencido. Os pagamentos serão efetuados mediante transferência eletrônica. .

Os recursos orçamentários necessários para a cobertura das despesas acima serão as seguintes:

- Órgão: 10.01 – Secretaria de Turismo e Cultura
- Atividade: 21.87 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração
- Elemento: 33.90.35.99 – Outros Serviços de Consultoria
- Vínculo: 5000001 – Recursos não Vinculados de Impostos

MUNICÍPIO DE IGREJINHA, ao 01 de Outubro de 2024.

LEANDRO MARCIANO HÖRLLE
PREFEITO MUNICIPAL
Matrícula nº 10.530



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA



Contrato nº 101/2024 - fl.1

CONTRATO Nº 101/2024

Contrato que entre si fazem como CONTRATANTE, o **MUNICÍPIO DE IGREJINHA**, sita à Avenida Ildo Meneghetti, 757, no Município de Igrejinha/RS, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 88.379.763/0001-36, representada neste ato pelo **Sr. LEANDRO MARCIANO HÖRLLE, PREFEITO MUNICIPAL, Matrícula 10.530** e como CONTRATADA a empresa **HICKMANN & SCHAURICH ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA**, sita à Rua Júlio de Castilhos, 405, sala 701 e 702, bairro Centro, em Novo Hamburgo/RS, CEP 93.510-130, Fone: (51) 3527-1903, CNPJ nº 09.302.958/0001-01, Fone nº (51) 3065-1903, Email: renan@hsac.com.br, representado neste ato pelo **Sr. RENAN SCHAURICH, SÓCIO ADMINISTRADOR**, com a finalidade de contratação de Pessoa Jurídica na prestação de serviços de assessoria na formação do índice de participação do Município no retorno do ICMS, bem como na atuação ativa e acompanhamento para a melhoria do índice de participação do Município, sob a modalidade de Inexigibilidade de Licitação, conforme Autorização de nº 317/2024, com base legal no Parecer Jurídico, Art. 74, *inciso III, alínea "c"* c/c o artigo 72, ambos da Lei nº 14.133/2021, com as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

1.1 - Contratação Pessoa Jurídica na prestação de serviços de assessoria na formação do índice de participação do Município no retorno do ICMS, bem como na atuação ativa e acompanhamento para a melhoria do índice de participação do Município.

OBSERVAÇÕES:

1. Assessoria no exame das guias GMB/GIAS disponibilizadas pela receita estadual, com base no somatório das guias apresentadas pelas empresas comerciais, industriais, prestadoras de serviços de transporte e comunicações, com o objetivo de verificar a correção das mesmas, evitando prejuízos ao Município;
2. Com o mesmo propósito, assessoria no exame dos anexos "1", "2", "3", "4", "5" e "6" das referidas guias;
3. Confirmação dos dados informados junto às respectivas empresas com orientação para o correto preenchimento, bem como a substituição nos casos necessários;
4. Orientação preventiva para as empresas e contabilistas do Município, evitando a informação incorreta, passível de substituição de guia;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE IGREJINHA



Contrato nº 101/2024 - fl.2

5. Reuniões e/ou contatos de orientação para os contabilistas do Município;
6. Revisão da metodologia utilizada pela secretaria da fazenda do município para acompanhamento do SITAGRO, especialmente quanto ao exame das guias modelo "a" (produtores), visando o controle das operações: - de produtor para consumidor final; - de produtor a produtor de outro município; - transferência para outro estabelecimento do produtor, em outro município; - comercialização para outro estado ou exterior; - comercialização para estabelecimento comercial ou industrial.
7. Assessoramento após a publicação dos índices provisórios: assessoria na preparação, montagem e apresentação de recurso a ser interposto junto ao DTIF - divisão de tecnologia e informações fiscais da Secretaria da Fazenda do Estado, sempre que houver condições técnicas para melhoria do índice;
8. Revisão, em conjunto com os funcionários do setor, dos trabalhos efetuados e avaliação dos procedimentos adotados com vistas ao seu aperfeiçoamento e início das atividades necessários à preparação do censo seguinte;
9. Orientação, quando necessário, aos funcionários do Município que atuam no setor executando essas tarefas;
10. Orientação, consultoria e palestras aos encarregados das informações nas empresas e escritórios contábeis;
11. Intensificar e ampliar a adesão ao Programa de Integração Tributária – PIT, parceria está, com base em Ações Mútua de Colaboração entre o Estado e o Município, cujo objetivo é incentivar e avaliar as ações municipais de interesse mútuo do município no crescimento da arrecadação do ICMS.
12. Manter o acompanhamento permanente das informações constantes nos Relatórios disponibilizados pela SEFAZ RS, na medida das atualizações das informações dos contribuintes modalidade GERAL, estabelecendo comparativos com o mesmo período de anos anteriores.
13. Elaboração de CVIs. (Comunicação de Verificação de Indícios) consistindo no levantamento, análise e definição na constatação de possíveis indícios de irregularidades, tanto em relação a problemas com endereço, como também nos casos de serem apuradas evidências de irregularidade na análise das GMBGIAS.
14. Assessoramento na integração das rotinas de lançamentos de tributos municipais, utilizando todas as informações resultantes e extraídas das inconsistências encontradas no período, especialmente as divergências das informações constantes nos arquivos da SEFAZ referente a movimentação de Cartões de Crédito e Débito no comparativo com a movimentação informada pelo contribuinte no mesmo período.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE IGREJINHA



Contrato nº 101/2024 - fl.3

15. Assessoramento no acompanhamento do atendimento por parte de contribuintes do município, beneficiados por Lei municipal de incentivos fiscais e econômicos, como também, nas apurações, cálculos e definições de valores referentes aos incentivos resultantes de subvenções econômicas, calculadas sobre o acréscimo do valor adicionado.

A CONTRATADA deverá prestar o serviço junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE quando solicitado, ou no estabelecimento da mesma, bem como deverá indicar o seu preposto.

1.2 – Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência;
- b) A Proposta do contratado;
- c) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

O valor mensal é de R\$3.500,00 (Três Mil e Quinhentos Reais) e o **valor total é de R\$42.000,00 (Quarenta e Dois Mil Reais).**

O pagamento será efetuado mensalmente em até 10 (dez) dias do mês subsequente ao da sua prestação, desde que a Nota Fiscal acompanhada do relatório mensal dos serviços prestados tenha dado entrada até o último dia útil do mês vencido. Os pagamentos serão efetuados mediante transferência eletrônica.

Quando do pagamento, deverá ser deduzido eventuais glosas e/ou notas de débito.

OBSERVAÇÃO:

A Nota Fiscal referente ao objeto contratado deverá ser emitida em nome de MUNICÍPIO DE IGREJINHA – CNPJ nº 88.379.763/0001-36, sob pena de sua não aceitação pela Administração, conforme as novas diretrizes da Receita Federal, estabelecidas pela Instrução Normativa Conjunta RFB e STN nº1257 de 08/03/2012.

Nos preços deverão estar inclusos todas as despesas diretas e indiretas e quaisquer taxas e impostos que vierem a incidir para o fornecimento do objeto do presente contrato, bem como todos os impostos e encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, pois os mesmos são de responsabilidade da empresa contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO E REAJUSTE:

3.1 - O prazo para execução dos serviços é 12 (Doze) meses a contar da data de assinatura do presente instrumento, podendo ser prorrogado, contanto que haja interesse de ambas as partes, por meio de aditamento e observada às disposições do art. 105 e seguinte da lei 14.133/2021.

3.2 – Caso haja prorrogação, o contrato será reajustado a cada 12 meses de vigência com base na média dos seguintes índices: INPC, IPC-FIPE, IGV e IGPM-FGV, com data base vinculada à data da proposta, mediante solicitação da CONTRATADA via protocolo;

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE IGREJINHA



Contrato nº 101/2024 - fl.4

Os recursos orçamentários necessários para a cobertura das despesas do presente contrato serão:

- Órgão: 10.01 – Secretaria de Turismo e Cultura
- Atividade: 21.87 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração
- Elemento: 33.90.35.99 – Outros Serviços de Consultoria
- Vínculo: 5000001 – Recursos não Vinculados de Impostos

CLÁUSULA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE:

- 5.1 – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 5.2 – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 5.3 – Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 5.4 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 5.5 – Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 5.6 - Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 5.7 – Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 5.8 – Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 5.9 – Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 5.10 – Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado;
- 5.11 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

- 6.1 - A CONTRATADA é responsável pela qualidade e perfeita entrega dos serviços ora contratados;
- 6.2 - A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da prestação dos serviços.
- 6.3 – Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da lei n. 14.133/2021);
- 6.4 - O preço ajustado na Cláusula Segunda inclui todos e quaisquer encargos trabalhistas e previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, artigo 121 da Lei Nº 14.133/21.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE IGREJINHA



Contrato nº 101/2024 - fl.5

6.5 - A CONTRATADA responsabiliza-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

6.6 – A CONTRATADA não deverá contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

6.7 – Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

6.8 – Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

6.9 – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

6.10 – Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

6.11 – Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho

6.12 – É vedada a subcontratação ou transferência total ou parcial do objeto deste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES:

A Contratada fica obrigada a cumprir todas as cláusulas deste contrato, observado o que consta no inciso XVI do artigo 92 da Lei nº 14.133/21, que dispõe: “a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.”, sem prejuízo das demais obrigações enumeradas no art. 92 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES:

8.1. O não cumprimento da proposta apresentada pela Contratada, implicará nas penas previstas nos Artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133/21, sendo que a sanção, se aplicada, poderá ser de:

8.1.1. Advertência;

8.1.2. Multa Pecuniária de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da respectiva contratação;

8.1.3. Multa Pecuniária de até 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva contratação, por dia de atraso no prazo de entrega.

8.1.4. Multa Pecuniária de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da obrigação no caso de não cumprimento de obrigação acessória.

8.1.5. Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

8.1.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE IGREJINHA



Contrato nº 101/2024 - fl.6

8.1.7. A contratada será advertida por escrito sempre que verificadas pequenas falhas técnicas corrigíveis.

8.2. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

8.3. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.4. Antes da aplicação da multa pecuniária será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da eventual garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.7. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

8.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.8.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.8.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

8.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

8.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA NONA - DOS CASOS DE EXTINÇÃO:

9.1. O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1. Por ato unilateral e escrito da ADMINISTRAÇÃO, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

9.1.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da ADMINISTRAÇÃO;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE IGREJINHA



Contrato nº 101/2024 - fl.7

9.1.3. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

9.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

9.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

9.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

9.2.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.5. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.6. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.7. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.8. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.8.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.9. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO:

O presente contrato acha-se estritamente vinculado ao Edital de Licitação constante do preâmbulo deste e à proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO:

As partes elegem o Foro de Igrejinha, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente Contrato.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA**



Contrato nº 101/2024 - fl.8

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA CIENTIFICAÇÃO:

O contratado declara que o e-mail e prefixo telefônico indicados na qualificação da Contratante serão utilizados para fins de notificação, cientificação e intimação dos atos administrativos atrelados ao presente contrato, exceto nos casos em que a lei ordenar a comunicação escrita, como o termo de recebimento de obra (art. 140, I, “a”, da Lei nº 14.133/21), ordem de suspensão da execução (art. 137, §2º, II, da Lei nº 14.133/21) e a extinção do contrato (art. 138, §1º, da Lei nº 14.133/21).

Em sendo modificado o contato, o contratado deverá informar ao contratante da alteração, sob pena de ser considerado válido o contato feito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SITUAÇÕES NÃO PREVISTAS:

Situações não previstas expressamente neste instrumento, e acaso incidentes, regular-se-ão pelo contido na Lei Federal nº 14.133/21 e alterações subsequentes, além das demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - VIGÊNCIA:

Este contrato entrará em vigor a contar do dia de sua assinatura.

E por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas instrumentárias, para que produza os jurídicos e desejados efeitos.

MUNICIPIO DE IGREJINHA, ao 01 de Outubro de 2024.

LEANDRO MARCIANO HÖRLLE
PREFEITO MUNICIPAL - Matrícula nº 10.530
CONTRATANTE

HICKMANN & SCHAURICH ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA
CONTRATADA

STEPHANIE S. C. DOS SANTOS, Matric. 12.313, Responsável pela Fiscalização

TESTEMUNHAS: _____

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLEDADE
AV. JÚLIO DE CASTILHOS, 898, CENTRO
Fone: (54) 3381-9000
SITE: www.soledade.rs.gov.br

DECRETO Nº 14.215/2024.

Homologa Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 2089/2024, dando outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SOLEDADE RS, no uso de suas atribuições legais;

D E C R E T A.

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pela Portaria nº 14877 de 28 de junho de 2024, sobre o Processo de Licitação nº2089/2024 que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE ESPECÍFICO PARA GERENCIAMENTO DO ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NA ARRECADAÇÃO DO ICMS, JUNTAMENTE COM SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO, IMPLANTAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO E TREINAMENTO DE PESSOAL, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E FISCALIZAÇÃO..

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da empresa abaixo relacionada, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços, que fica fazendo parte indissolúvel deste Decreto:

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
ESSENCIAL ASSESSORIA TRIBUTÁRIA LTDA - EPP	04.210.265/0001-75	387.100,00

Art. 3º. Pelo presente, ficam intimados os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Soledade, RS, em, 02/12/2024.

Marilda Borges Corbelini
PREFEITA MUNICIPAL DE SOLEDADE/RS



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 0B94-8DCF-AE42-C7AF

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MARILDA BORGES CORBELINI (CPF 571.XXX.XXX-00) em 02/12/2024 09:38:32 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://soledade.1doc.com.br/verificacao/0B94-8DCF-AE42-C7AF>



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLEDADE

CONTRATO DE N. 174/2024 PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE ESPECÍFICO PARA GERENCIAMENTO DO ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NA ARRECADAÇÃO DO ICMS, TUDO CONFORME TERMO DE EFERÊNCIA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SOLEDADE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 87.738.530/0001-10, com sede na Avenida Júlio de Castilhos, nº 898, CEP 99300-000, neste ato representado pela Prefeita Municipal, a senhora *Marilda Borges Corbelini*, brasileira, casada, cadastrado no CPF sob o nº 571.207.650-00, portadora do RG nº 2029134431, residente e domiciliado nesta cidade, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**.

CONTRATADA: ESSENCIAL ASSESSORIA TRIBUTARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ sob o n. **04.210.265/0001-75**, com sede na **AV PEDRO BLOS**, n. 65, sala 01, CEP n. 93.700-00, Bairro **CENTRO**, na cidade de **CAMPO BOM/RS**, e-mail: **CONTATO@ESSENCIALASSESSORIA.NET**, telefone n. **(51) 3598-2023**, de ora diante denominado simplesmente de **CONTRATADA**, tendo justo e acertado o presente contrato vinculado ao edital de *Edital de Pregão Eletrônico de nº 97/2024*, resolvem celebrar o presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS LEGAIS DO CONTRATO:

1.1. O presente contrato fundamenta-se:

I - De acordo com as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações;

II - De acordo com as disposições do *Edital de Pregão Eletrônico de nº 97/2024*;

III - Nos preceitos de direito público; e

IV - Supletivamente, nos princípios da teoria geral dos contratos e nas disposições do direito privado.

1.2. O objeto do presente contrato terá como fiscal o senhor (a) *Valeska M. Teloecken*, o qual está incumbido da tarefa de fiscalizar a qualidade dos serviços prestados pela empresa contratada, nos termos do artigo 117, da Lei de Licitações e Contratos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E DO VALOR:

2.1. Constitui objeto da presente licitação a aquisição dos seguintes itens:

Lote 01					
Item	Cód.	Qtd	Un.	Descrição	V. Unit (R\$)
01	51366	01,00	Und	Implantação dos dados e treinamento do uso do sistema, conforme objeto.	R\$ 100,00





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLEDADE

4.9 – A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Os recursos financeiros correrão à conta dos créditos abaixo discriminados:

SEC FAZENDA E FISCALIZAÇÃO.	LOCAÇÃO DE SOFTWARE.	339040060000.
-----------------------------	----------------------	---------------

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

6.1. Na execução do objeto do presente contrato, obriga-se a Contratada a emendar todo o empenho e a dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados, e ainda a:

- I – responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o Contratante;
- II - Cumprir as obrigações constantes neste contrato, no edital de *Pregão Eletrônico de nº 97/2024*, e sem prejuízo das decorrentes das normas, dos anexos e da natureza da atividade;
- III – Proceder com a entrega em conformidade com o edital de licitação a que este contrato encontra-se vinculado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

7.1. O Contratante, durante a vigência deste contrato, compromete-se a:

- I - promover os pagamentos dentro do prazo estipulado neste contrato;
- II - fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.

7.2. O servidor indicado na cláusula primeira, item 1.2, neste ato resta nomeado como fiscal do contrato, sem prejuízo de sua substituição, a critério da Administração.

CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:

8.1. Todos os serviços a serem prestados, constantes neste contrato, serão fiscalizados pelo Município, por meio de servidor público designado, doravante denominado Fiscalização, que terá autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da execução contratual.

8.2. À Fiscalização compete, entre outras atribuições:

- I - solicitar à Contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento deste contrato, e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;
- II - verificar a conformidade da execução contratual com as normas especificadas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;
- III - atestar mensalmente a execução dos serviços e seu recebimento definitivo;





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLEDADE

IV - encaminhar ao Serviço de Orçamento e Pagamento os documentos que relacionem as importâncias relativas a multas aplicadas à Contratada, bem como os referentes a pagamentos.

8.3. A ação da Fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES SOBRE A CONTRATADA:

9.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 15.1 deste edital as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

9.3 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 9.2. do presente poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

9.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 9.2 do presente.

9.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.6. A aplicação das sanções previstas no item 9.2. não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

9.7. Na aplicação da sanção prevista no item 9.2, alínea “b”, do presente, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLEDADE

9.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 9.2 do presente o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

9.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

9.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 01 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 03 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

9.13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 9.2 do presente exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO: Constituem motivos incondicionados para rescisão do contrato as situações previstas nos art. 137, na forma do art.138, inclusive com as consequências do artigo 139 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1. A Administração do Contratante analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito ou de força maior.

11.2. Para os casos previstos no item 11.1 desta cláusula, o Contratante poderá atribuir a uma comissão, por este designada, a responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

11.3. Os agentes públicos responderão, na forma da lei, por prejuízos que, em decorrência de ação ou omissão dolosa ou culposa, causarem à Administração no exercício de atividades específicas do cumprimento deste contrato, inclusive nas análises ou autorizações excepcionais constantes nestas “Disposições Finais”.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLEDADE

11.4. As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, senso profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão do Contratante, cujo objetivo final é o de atender tão somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.

11.5. Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do presente contrato, fica desde já compelida a Contratada a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração no endereço ou no telefone da firma.

11.6. Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contato, as quais permanecerão íntegras.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA REPACTUAÇÃO CONTRATUAL

12.1. Será admitida a repactuação do contrato, desde que observado o interregno mínimo de um ano das datas dos orçamentos aos qual a proposta se referir, utilizando-se o índice IPCA-E para reajuste contratual.

12.2. O interregno mínimo de 01 (um) ano para a primeira repactuação que trata o item 1.1, será contado a partir:

I. da data limite para apresentação das propostas constante do instrumento convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; **ou**

II. da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão-de-obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos.

12.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação ocorrida.

12.4. A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo acordo, dissídio ou convenção coletiva deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

12.5. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-bases diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

12.6. As repactuações a que o contratado fazer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato, exceto se o contratado suscitar seu direito por ocasião da assinatura de termo aditivo.

12.7. As repactuações serão precedidas de solicitação formal da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos do contrato.

12.8. Na hipótese de repactuação decorrente de alteração de custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço, estes deverão ser demonstrados por meio de planilha de custos e formação de preços, devidamente conferida e aceita pela Administração Pública.

12.9. Em se tratando de variação de custos relativos à mão de obra vinculada à data-base deverá ser apresentada planilha analítica de custos, com detalhamento dos reajustes decorrentes do novo acordo convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação.

12.10. Quando da solicitação da repactuação para fazer jus a variação de custos decorrente do mercado, decorrente de alteração de custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço, esta





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLEDADE

somente será concedida mediante a comprovação pelo contratado do aumento dos custos, considerando-se:

- I.a demonstração objetiva dos preços praticados no mercado e/ou em outros contratos da Administração;
- II.as particularidades do contrato em vigência;
- III.a nova planilha com a variação dos custos apresentado;
- IV.indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;
- V.a disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade contratante.

12.11. A repactuação para fazer face à elevação dos custos da contratação de mão de obra, respeitada a anualidade, e que vier a ocorrer durante a vigência do contrato, é direito do contratado, e não poderá alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, conforme estabelece o art. 37, inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil, sendo assegurado ao prestador receber pagamento mantidas as condições efetivas da proposta.

12.12. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, decisão judicial, ou de acordo ou convenção coletiva, ouvida a Procuradoria do Município.

12.13. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60(sessenta)dias, contados a partir da solicitação formal e entrega dos comprovantes de variação dos custos. O referido prazo ficará suspenso enquanto a contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela contratante para a comprovação da variação dos custos.

12.14. O órgão ou entidade contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela contratada.

12.15. As repactuações como espécie de reajuste deverão ser formalizadas por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO: Fica eleito o foro da cidade de Soledade, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem ajustadas e acordadas, as partes assinam o presente em três vias de igual teor e forma para um só efeito legal, na presença de duas testemunhas.

Soledade, RS, 02 de dezembro de 2024.

MUNICÍPIO DE SOLEDADE

Marilda Borges Corbelini
Prefeita Municipal
CONTRATANTE

**ESSENCIAL ASSESSORIA TRIBUTARIA
LTDA**

Representante Legal
CONTRATADA

Testemunhas:





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 784A-08DF-3D16-06DB

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ROBERTO DALVINO OTTONI (CPF 997.XXX.XXX-68) em 02/12/2024 08:50:28 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://soledade.1doc.com.br/verificacao/784A-08DF-3D16-06DB>





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 0B94-8DCF-AE42-C7AF

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MARILDA BORGES CORBELINI (CPF 571.XXX.XXX-00) em 02/12/2024 09:38:32 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://soledade.1doc.com.br/verificacao/0B94-8DCF-AE42-C7AF>



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSTARDAS

ENCAMINHAMENTO DE PROCESSO P/
HOMOLOGAÇÃO

Mostardas, 03/12/24

Com o presente estamos enviando a Vossa Excelência, para exame e homologação, o Processo nº 330/2024, contendo nos autos parecer jurídico relativo à Dispensa por Justificativa nº 141/2024, que tem por objeto “LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE PARA GERENCIAMENTO DO IPM NA ARRECADAÇÃO DO ICMS E ISS.”, com a seguinte fundamentação legal: Artigo 75, Inciso VIII, da Lei Federal 14.133/2021, onde declarou vencedora(s) a(s) empresa(s):

MASPER ASSESSORIA LTDA	08.402.772/0001-61
------------------------	--------------------

Atenciosamente,

Homologo conforme Parecer Jurídico favorável em: 03/12/2024

Moisés Batista Pedone de Souza
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSTARDAS
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações e Compras

CONTRATO Nº 143/2024
DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº141/2024

O **Município de Mostardas**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Bento Gonçalves, nº 1020, bairro centro, CEP nº 96.270-000, na cidade de Mostardas/RS, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 88.000.922/0001-40, neste ato representado pelo Sr. Moisés Batista Pedone de Souza Prefeito Municipal, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado a empresa **MASPER ASSESSORIA LTDA** CNPJ: 08.402.772/0001-61, com sede na rua Desembargador Espiridião de Lima Medeiros, n.º 170 Sala 201 Bairro Três Figueiras Porto Alegre/RS, neste ato representada por seu representante legal Milton Antônio Mattana, CPF n.º 434.084.860-34, doravante designada CONTRATADA, resolvem firmar o presente Instrumento Contratual com fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, de acordo com a proposta vencedora da dispensa por justificativa nº141/2024, e as cláusulas deste instrumento, nos termos da Lei nº 14.133/21, e legislação pertinente pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes:

Cláusula Primeira – Do Objeto:

1-) Contratação de empresa especializada no fornecimento de licença de uso de software para gerenciamento do IPM na arrecadação do ICMS e ISS, juntamente com suporte técnico, para declaração e acompanhamento de arrecadação municipal de imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN), com suporte mensal, acompanhamento e execução do ICMS e ICM simples nacional, com visita in-loco, para a Secretaria Municipal de Finanças, conforme especificações constantes no Termo de Referência:

ITEM	UNI.	QUANT.	DESCRIÇÃO DO ITEM	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	MÊS	6,00	LOCAÇÃO DE SOFTWARE Contratação de empresa especializada no fornecimento de licença de uso de software para gerenciamento do IPM na arrecadação do ICMS e ISS, juntamente com suporte técnico, para declaração e acompanhamento de arrecadação municipal de imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN), com suporte mensal, acompanhamento e execução do ICMS e ICM simples nacional, com visita in-loco.	3.500,00	21.000,00
				Total R\$	R\$ 21.000,00

Cláusula Segunda – Do Pagamento:

2.1. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância total de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), que será pago em parcelas mensais de R\$3.500,00 (três mil e quinhentos reais), conforme quadro da cláusula primeira.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSTARDAS
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações e Compras

Parágrafo Primeiro – O pagamento referente à locação dos sistemas será efetuado mensalmente, no mês imediatamente posterior ao da execução, em até 10 (dias) dias úteis contados da apresentação da nota fiscal/fatura correspondente. O pagamento correspondente às locações/serviços terá início somente a partir da data de instalação dos sistemas nas máquinas da Prefeitura pela licitante contratada e a capacitação dos servidores.

Cláusula Terceira – Das Obrigações da CONTRATADA:

3.1. Deverá contemplar no mínimo os seguintes itens:

3.2. MECANISMO TECNOLÓGICO

3.2.1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNOLÓGICAS (TI) OBRIGATÓRIAS

- Rodar em servidor(es) hospedado(s) em Internet Data Center (IDC), com administração feita pela CONTRATADA;
- As informações deverão ser armazenadas em Sistema Gerenciador de Banco de Dados – SGBD, do tipo relacional;
- As interfaces para os usuários envolvidos, devem rodar nos principais navegadores de Internet do mercado, como Mozilla Firefox e Google Chrome;
- Deverá ser totalmente desenvolvido com linguagem de programação para plataforma WEB;
- Acesso ao módulo através de senha própria de cada usuário (multiusuário);
- A ferramenta deverá ser compatível com os equipamentos e sistemas atuais do setor de Fiscalização/Administração Tributária da Prefeitura Municipal;
- A ferramenta deverá permitir a exportação de relatórios para os formatos: PDF, HTML e CSV;
- Utilizar do protocolo HTTPS.

3.3. FUNCIONALIDADES OBRIGATÓRIAS

- A ferramenta deverá permitir o gerenciamento do cadastro de fiscais da Prefeitura Municipal que utilizarão a ferramenta tecnológica com informações como: matrícula, nome do servidor/fiscal, cargo, e-mail, login e senha.
- A ferramenta deverá permitir a importação dos contribuintes que contribuem com o ICMS do Município, gerados pelo sistema Apuração dos Índices dos Municípios (AIM), fornecido pela SEFAZ/RS, do tipo empresas da categoria geral.
- A ferramenta deverá permitir a listagem dos contribuintes do tipo empresas da categoria geral por mês/ano.
- A ferramenta deverá permitir a listagem do cadastro dos contribuintes com informações como: Razão Social e CGC.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSTARDAS
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações e Compras

- A ferramenta deverá permitir a importação e listagem dos contabilistas, com os seguintes dados: CRC, nome do contabilista, telefone para eventual contato, e-mail e a Razão Social e CGC do seu cliente.
- A ferramenta deverá permitir a importação e/ou cadastro dos índices que compõem o Índice de Participação do Município (IPM) liberados pela SEFAZ/RS, tanto de anos passados (retroativo de três anos) quanto do índice provisório (um ano a frente).
- A ferramenta deverá permitir o cadastramento de máquinas veiculares liberadas pela Prefeitura Municipal para projetos públicos de ajuda a produtores.
- A ferramenta deverá permitir o gerenciamento da liberação das máquinas veiculares para atendimento a produtores rurais.
- A ferramenta deverá permitir o gerenciamento dos Códigos Fiscais de Operações e Prestações (CFOP) demonstrando quais são passíveis de Prestação de Serviço, IPI e Substituição Tributária, além das informações como: código CFOP, descrição, grupo, subgrupo e base legal.
- A ferramenta deverá permitir a importação, por mês e do último mês de exercícios anteriores, das Guias Modelo B (GMB), fornecido pela SEFAZ/RS.
- A ferramenta deverá conter mecanismo para importação das informações do Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS-D), fornecidas pela Receita Federal do Brasil (RFB).
- A ferramenta deverá conter mecanismo para importação das informações da Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais – DEFIS, fornecidas pela Receita Federal do Brasil (RFB).
- A ferramenta deverá conter mecanismo para importação das informações das Notas Fiscais eletrônicas de Produtor Rural, fornecidas pela SEFAZ/RS.
- A ferramenta deverá conter mecanismo para importação dos cadastros de Produtor Rural, fornecido pela SEFAZ/RS.
- A ferramenta deverá conter mecanismo para importação das informações das Transferências Eletrônicas Financeiras (TEF), fornecidas pela SEFAZ/RS.
- A ferramenta deverá conter mecanismo para importação das informações das Notas Fiscais Eletrônicas (NFe) conjugadas, fornecidas pela SEFAZ/RS.
- A ferramenta deverá conter mecanismo para importação das informações das publicações provisórias dos produtores rurais, categoria geral, Simples Nacional e empresas de Indústria, Comércio e Serviço (ICS), fornecidas pela SEFAZ/RS.
- A ferramenta deverá conter relatório que cruze as informações de faturamento com folha de pagamento e número de funcionários, por contribuintes da categoria geral.
- A ferramenta deverá conter relatório que compare as informações de estoque próprio e de terceiros, com índices de inicial e final, e cálculo de saldo, além da opção de escolher o modo de classificação e exibição entre maior e menor, por contribuintes da categoria geral.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSTARDAS
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações e Compras

- A ferramenta deverá conter relatório que calcule o Valor Adicionado Fiscal (VAF), através das informações de entrada e saída, por contribuintes da categoria geral, dando a opção de escolher o modo de classificação e exibição entre maior e menor.
- A ferramenta deverá conter relatório que mostre a expectativa anual do VAF, por contribuintes da categoria geral, comparando com o VAF atual, além da opção de escolher o modo de classificação e exibição entre maior e menor.
- A ferramenta deverá conter relatório que mostre a variação do VAF expectativa anual, por contribuintes da categoria geral, em relação ao VAF anterior, além da opção de escolher o modo de classificação e exibição entre maior e menor e percentual da variação.
- A ferramenta deverá conter relatório que mostre as compras de produtor primário do Estado, detalhando por município de origem e valor.
- A ferramenta deverá conter relatório que mostre as entradas e saídas por Código Fiscal de Operações e Prestações (CFOP), detalhando o valor contábil, base de cálculo, valores isentos/não tributados, outras e ajustes/excluídas.
- A ferramenta deverá conter relatório que mostre os contribuintes da categoria geral com irregularidades por Código Fiscal de Operações e Prestações (CFOP) com base na substituição tributária, detalhando o valor contábil, base de cálculo, valores isentos/não tributados, outras e ajustes/excluídas.
- A ferramenta deverá conter relatório que mostre os contribuintes da categoria geral com irregularidades por Código Fiscal de Operações e Prestações (CFOP) com base no IPI, detalhando o valor contábil, base de cálculo, valores isentos/não tributados, outras e ajustes/excluídas.
- A ferramenta deverá conter relatório que mostre os contribuintes da categoria geral com irregularidades por Código Fiscal de Operações e Prestações (CFOP) com base na prestação de serviço, detalhando o valor contábil, base de cálculo, valores isentos/não tributados, outras e ajustes/excluídas.
- A ferramenta deverá permitir envio de notificação aos contribuintes da categoria geral, e ao seu respectivo contabilista, com irregularidades por Código Fiscal de Operações e Prestações (CFOP) com base na substituição tributária, ou IPI, ou prestação de serviço.
- A ferramenta deverá permitir registro de ações tomadas pelo fiscal aos contribuintes da categoria geral, com irregularidades por Código Fiscal de Operações e Prestações (CFOP) com base na substituição tributária, ou IPI, ou prestação de serviço.
- A ferramenta deverá permitir visualizar o histórico comparativo dos contribuintes da categoria geral, com irregularidades por Código Fiscal de Operações e Prestações (CFOP) com base na substituição tributária, ou IPI, ou prestação de serviço.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSTARDAS
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações e Compras

- A ferramenta deverá conter relatório que mostre os transportes, conforme Anexo II, por Razão Social, período base, o total de saídas, total de entradas e o total distribuído. Além de detalhar as saídas para cada município e o valor da saída.
- A ferramenta deverá conter gráfico comparativo do VAF atual com VAF anteriores por contribuinte da categoria geral.
- A ferramenta deverá conter gráfico comparativo do VAF atual com VAF anteriores entre Estado e Município.
- A ferramenta deverá conter gráfico comparativo do IPM e o VAF do município.
- A ferramenta deverá conter relatório que mostre, por contribuinte da categoria geral, o comparativo entre o VAF real e o VAF provisório.
- A ferramenta deverá conter relatório que mostre, por produtor rural, o comparativo entre o VAF real e o VAF provisório.
- A ferramenta deverá conter relatório que mostre, por contribuinte prestador de serviço, o comparativo entre o VAF real e o VAF provisório.
- A ferramenta deverá conter relatório que mostre, por contribuinte optante do Simples Nacional, o comparativo entre o VAF real e o VAF provisório.
- A ferramenta deverá conter relatório que mostre, por contribuinte da categoria geral, as operações de importação e exportação.
- A ferramenta deverá conter relatório que mostre a publicação do provisório dos produtores rurais, demonstrando o CGC, ano base, VAF anterior e atual, diferença entre ele através de percentual, origem e município.
- A ferramenta deverá conter relatório que mostre a publicação do provisório do valor atribuído referente a serviços de transporte/distribuição de energia, demonstrando: Razão Social, CGC, ano base VAF anterior e atual, diferença entre ele através de percentual, origem e município.
- A ferramenta deverá conter relatório que mostre a publicação do provisório do valor sintético de declarações da indústria/comércio/serviços, demonstrando: Razão Social, CGC, ano base, código de atividade econômica, categoria, receita bruta anterior e atual, VAF anterior e atual e diferença entre ele através de percentual.
- A ferramenta deverá conter relatório que mostre as Notas Fiscais Eletrônicas Avulsas (NFA-e) para Produtor Rural, demonstrando: quantidade de nota emitidas, valor bruto e valor total.
- A ferramenta deverá conter relatório que mostre as Notas Fiscais Eletrônicas Avulsas (NFA-e) para Produtor Rural, demonstrando: código da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), descrição, quantidade e unidade, código CFOP, operação de entrada/saída, número da NFe, data, situação junto ao AIM, valor bruto e valor total.
- A ferramenta deverá conter relatório que mostre todas as informações das Notas Fiscais Eletrônicas Avulsas (NFA-e) para Produtor Rural, demonstrando: NCM, Descrição, CFOP, Quantidade, Unidade,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSTARDAS
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações e Compras

Valor Bruto, Operação NFE, Data de emissão, Inscrição Estadual do Emitente, UF do Emitente, Inscrição Estadual do Destinatário, UF do Destinatário, Modelo DF, Série NFE, Valor Total NFE, Situação junto ao AIM e Chave Acesso.

- A ferramenta deverá conter relatório que mostre o VAF por ano base para Produtor Rural, demonstrando: Nome do Produtor Rural, CGC, Ano Base e valor do VAF.
- A ferramenta deverá conter relatório que mostre as NFe de produtor rural por situação do AIM, CFOP e operação de entrada/saída, demonstrando: Comprador, Produtor, situação junto ao AIM, CFOP, operação de entrada/saída, quantidade de NF, competência e valor total das notas.
- A ferramenta deverá conter relatório que mostre as NFe de produtor rural por comprador, demonstrando: Comprador, situação junto ao AIM, NCM, quantidade, CFOP, operação de entrada/saída, número da NF, data de emissão e valor bruto e total das notas.
- A ferramenta deverá conter relatório que mostre as NFe de produtor rural por produtor, demonstrando: Produtor, situação junto ao AIM, NCM, quantidade, CFOP, operação de entrada/saída, número da NF, data de emissão e valor bruto e total das notas.
- A ferramenta deverá conter relatório que mostre os produtores rurais de fora do município e número de notas emitidas.
- A ferramenta deverá conter relatório que mostre os produtos da produção primária através do NCM e do percentual do produto junto ao município.
- A ferramenta deverá conter relatório que mostre os produtos de produção primária com erro de NCM.
- A ferramenta deverá conter relatório que mostre os produtos com erro de NCM.
- A ferramenta deverá conter relatório que mostre as NFe de produtor rural agrupados por CFOP.
- A ferramenta deverá conter relatório que mostre o comparativo entre as saídas de NFe de produtor rural e o VAF.
- A ferramenta deverá conter relatório que simule a estimativa de retorno do Índice de Participação dos Municípios (IPM), conforme os índices liberados pela SEFAZ/RS, para o ano base atual, bem como para o ano posterior.
- A ferramenta deverá conter relatório que simule a estimativa de retorno de empresas da categoria geral, para o ano base atual, bem como para o ano posterior.
- A ferramenta deverá conter relatório que simule a estimativa de retorno de empresas da categoria geral, para o ano base atual, bem como para o ano posterior.
- A ferramenta deverá conter relatório que simule a estimativa de retorno de produtor rural, para o ano base atual, bem como para o ano posterior.
- A ferramenta deverá conter relatório que mostre as Notas Fiscais Eletrônicas Conjugadas.
- A ferramenta deverá conter relatório que mostre a movimentação das Administradoras de Cartões por contribuinte.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSTARDAS
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações e Compras

- A ferramenta deverá conter relatório que mostre a comparação entre a movimentação de transferências eletrônicas financeiras e o faturamento declarado pelos contribuintes da categoria geral, além de apontar possível inconsistência entre ambos.
- A ferramenta deverá conter relatório que mostre a comparação entre a movimentação de transferências eletrônicas financeiras e o faturamento declarado pelos contribuintes optantes pelo Simples Nacional, além de apontar possível inconsistência entre ambos.
- A ferramenta deverá conter relatório que mostre o faturamento das empresas optantes pelo Simples Nacional.
- A ferramenta deverá conter relatório que mostre o faturamento por competências de todos os contribuintes optantes pelo Simples Nacional.
- A ferramenta deverá conter relatório que mostre o faturamento por atividades do Simples Nacional no município.
- A ferramenta deverá conter relatório que mostre o saldo operacional por ano base dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional.
- A ferramenta deverá conter relatório que mostre as informações socioeconômicas oriundas da DEFIS para análise do saldo operacional das empresas.
- A ferramenta deverá conter relatório que mostre o comparativo da receita pela PGDAS-D e o provisório fornecido pela SEFAZ/RS.
- A ferramenta deverá conter sistemática para geração de Comunicação de Verificação de Indícios (CVI), através da análise prévia das Guia de Informação e Apuração do ICMS (GIAS-GMB), com base no Convênio de mútua colaboração com o Estado (Lei nº 12.868/07).
- A ferramenta deverá conter sistemática para geração de Comunicação de Verificação de Indícios (CVI), através da análise prévia das PGDAS-D/DEFIS, detalhando: receitas de ICMS, receitas de ISSQN, despesas e saldo operacional, com base no Convênio de mútua colaboração com o Estado (Lei nº 12.868/07).
- A ferramenta deverá conter sistemática para geração dos formulários para recursos utilizados na interposição das impugnações realizadas pelo fisco municipal junto as NFe de Produtor Rural.
- A ferramenta deverá conter relatório de faturamento de TEF por contribuinte prestador de serviços.
- A ferramenta deverá conter relatório cruzando o faturamento de TEF com faturamento da PGDAS-D por contribuinte prestador de serviço.
- A ferramenta deverá conter relatório cruzando o faturamento de TEF com faturamento declarado na Declaração Mensal de Serviços.
- A ferramenta deverá conter relatório do faturamento das empresas prestadoras de serviço optantes pelo Simples Nacional.
- A ferramenta deverá conter relatório cruzando faturamento da PGDAS-D com faturamento da Declaração Mensal de Serviços dos contribuintes prestadores de serviços optantes pelo Simples



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSTARDAS
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações e Compras

Nacional. 3.2. Serviços de Plataforma de Atendimento de Consultoria e Auditoria Tributária junto a instituições financeiras com uso da Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras - DES-IF.

Cláusula Quarta – Da Execução E Prazos:

4.1. A implantação do sistema, a partir da assinatura do contrato, ou seja, início da vigência dia 03 de dezembro de 2024 e término dia 03 de junho de 2025 podendo ser renovado nos termo da Lei nº14.133/21..

4.2. Do 11º (décimo primeiro) dia em diante, visitas mensais de 01 (uma) vez ao mês, sem ônus, ao município para acompanhamento dos processos de auditoria fiscal e arrecadação mensal dos contribuintes junto a Prefeitura Municipal. Manutenções corretivas e evolutivas do sistema para adequação às modificações ocorridas em leis federal, estadual e municipal que afetem diretamente o sistema e suas funcionalidades. Serviços de capacitação avulsos, com caráter de reciclagem ou para novos servidores, a serem requisitados pela Prefeitura Municipal em comum acordo com a licitante. Cadastro mobiliário. Capacitação aos servidores públicos.

Cláusula Quinta – Do Atraso de Pagamento:

5.1. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, por culpa do Contratante, o valor devido será acrescido de encargos moratórios calculados desde a data final do período de adimplemento até a data do efetivo pagamento, o valor original deverá ser atualizado pelo INPC ou outro índice que vier a substituir, acrescido de 0,5% (meio por cento) de juros de mora por mês ou fração.

Cláusula Sexta – Dos Impostos:

6.1. Será descontado do pagamento a ser efetuado eventuais impostos devidos ao Município ou sob responsabilidade deste.

Cláusula Sétima – Do Prazo de Encerramento:

7.1. O prazo para encerramento dos serviços objeto do presente contrato é 03 de junho de 2025, contados a partir de 03 de dezembro de 2024.

7.1.1 O prazo poderá ser prorrogado conforme Lei Federal 14.133/21 e suas alterações posteriores.

Cláusula Oitava – Da Nomeação do Servidor Público:

8.1. A Secretaria Municipal da Fazenda nomeia a servidora **Sra. Samara Nunes de Souza, Fiscal, Mat. 3238**, que acompanhará nos termos da Federal n. 14.133/21, a execução do presente contrato, emitindo pareceres e procedendo a fiscalização da execução da mesma, além de anotar todas as ocorrências



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSTARDAS
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações e Compras

relacionadas com a execução do contrato, determinando se necessário o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados ou solicitando a quem de direito.

8.2. A fiscalização dos contratos ficará a cargo dos servidores nomeados pela Portaria nº 2657, de 12/09/2024, ou a que vier a substituir.

Cláusula Nona – das sanções administrativas:

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) **Multa:**

d.a.) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

d.b.) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

d.c.) O atraso superior a vinte dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

d.d.) Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSTARDAS
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações e Compras

9.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº .846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSTARDAS
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações e Compras

9.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

9.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL RESCISÃO

10.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

10.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência poderá ser prorrogada até a conclusão do objeto.

10.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

10.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

10.4.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

10.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.5.3. Indenizações e multas.

10.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Gerais:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSTARDAS
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações e Compras

11.1. O presente contrato fica vinculado ao processo de licitação na modalidade Dispensa por Justificativa n.º 141/2024.

11.2. Faz parte integrante deste Contrato o Termo de Referência, conforme Anexo II.

Cláusula Décima Segunda – Do Foro:

12.1 - Fica eleito o Foro de Mostardas, para dirimir quaisquer demandas oriundas do presente contrato. E, estando as partes de pleno acordo, firmam o presente contrato, que depois de lido e achado conforme, em 02 (DUAS) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas a tudo ciente, as quais também assinam.

Mostardas, 03 de dezembro de 2024.

MOISÉS BATISTA PEDONE DE SOUZA

Prefeito Municipal
CONTRATANTE

MASPER ASSESSORIA LTDA.

Milton Antônio Mattan
CONTRATADA

Testemunhas:

1 - _____
CPF: 998.418.190-15

2 - _____
CPF: 015.760.470-59

Aprovado por:

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maratá
Prefeitura Municipal de Maratá
Pregão Eletrônico - 110/2024

Resultado da Homologação

0001 - Contratação de empresa especializada para locação de licença de uso de software de gerenciamento das informações do Índice de participação do Município na arrecadação do ICMS. - N/C - Valor Referência: 2.937,50

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ESSENCIAL ASSESSORIA TRIBUTÁRIA LTDA	2.900,00	34.800,00	Homologado em 15/08/2024 08:34:43 Por: Marcus Jacó Joner

Marcus Jacó Joner
Autoridade Competente





MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 095/2023
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 025/2023

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 092/2023, QUE FAZEM ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA/RS, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E A EMPRESA MASPER ASSESSORIA LTDA.

O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA/RS, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Ipiranga, nº 375, Centro, na cidade de Presidente Lucena-RS, inscrita no CNPJ/MF sob nº 94.707.494/0001-92 neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, LUIZ JOSÉ SPANIOL, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado na Rua Linha Nova Baixa, nº 1615, Bairro Linha Nova Baixa, na cidade de Presidente Lucena, portador da Cédula de Identidade nº 6043088803, inscrito no CPF sob nº 464.243.000-82, doravante denominado **CONTRATANTE**, e **MASPER ASSESSORIA LTDA** inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.402.772/0001-61, sediado(a) na Av. Dr. Nilo Peçanha, nº 1923, sala 317, Bairro Três Figueiras, na cidade de Porto Alegre/RS, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representada por **MILTON MATTANA**, sócio administrativo, conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo Licitatório nº 095/2023 e em observância às disposições do art. 75, II da Lei nº 14.133, de 2021 e demais artigos e do Decreto Municipal nº 008, 25 de janeiro de 2022, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação n. 025/2023 mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de software para gerenciamento do IPM (Índice de Participação do Município) na arrecadação do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), com acompanhamento nos segmentos de Indústria, Comércio, Serviços, de Categoria Geral e Simples Nacional, e Produção Primária, envolvendo suporte técnico, manutenção, implantação, parametrização e capacitação de corpo fiscal e assessoramento a distância.

1.2. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. Edital de Aviso da Dispensa de Licitação;

1.2.2. Proposta do Contratado; e

1.2.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA.

2.1. O prazo de vigência da contratação será compreendido da data de assinatura até 02/08/2024, compreendendo um período de 12 meses.

2.1.1. A prorrogação do contrato é condicionada ao ateste, pela autoridade competente.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII) E DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam neste Contrato.

3.2. A Contratada fornecerá a licença de uso de software para gerenciamento do IPM (Índice de Participação do Município) na arrecadação do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), com acompanhamento nos segmentos de Indústria, Comércio, Serviços, de Categoria Geral e Simples Nacional, e Produção Primária, envolvendo suporte técnico, manutenção, implantação, parametrização e capacitação de corpo fiscal e prestará assessoramento a distância em horário comercial.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1. PREÇO

5.1.1. Valor mensal de **R\$ 1.500,00** (mil e quinhentos reais), totalizando o valor global de **R\$ 18.000,00** (dezoito mil reais) para o período estimado de 12 meses.

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.1.3. O valor variável acima é estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

5.2. FORMA DE PAGAMENTO

5.2.1. O pagamento será efetuado nas modalidades transferência bancária ou boleto bancário, devendo a adjudicatária indicar na Nota Fiscal o número de sua conta corrente, agência e banco correspondente.

5.2.2. A Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa vencedora deverá conter, em local de fácil visualização, o número do contrato, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do objeto e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

5.3. PRAZO DE PAGAMENTO

5.3.1 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias ao mês subsequente ao da prestação dos serviços, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.3.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA do período, a título de correção monetária.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

5.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento.

5.4.2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.4.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.4.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.4.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.4.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.4.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.4.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.4.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

5.4.11.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

6.1. São obrigações do Contratante:

- I. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- II. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas;
- III. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- IV. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- V. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- VI. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- VII. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- VIII. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- IX. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de um mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período, nos termos do art. 123, parágrafo único, da Lei nº 14.133/21.

6.1.1. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

6.1.1. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21.

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

7.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

7.1.1. manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

7.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

7.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

7.1.3. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

7.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

7.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

7.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato ou ao setor de compras e licitações, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

7.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

7.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

7.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

7.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

7.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

7.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

7.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

7.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

7.1.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

7.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

7.1.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

7.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

7.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O serviço será executado e pago por lote concluído e aprovado.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

7.3. As ferramentas, equipamentos de tecnologia da informação e etc. nos quais o profissional realizará os serviços, tanto quanto ao fornecimento de equipamentos de segurança é de responsabilidade da empresa contratada.

7.4. A empresa é responsável por arcar com todos os encargos sociais, trabalhistas e fiscais referentes à execução do objeto.

7.5. A empresa responderá, diretamente por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vierem a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução do contrato, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

7.6. Toda e qualquer prestação de serviços fora do solicitado será imediatamente notificado e a detentora será obrigada a refazê-lo, o que fará prontamente, ficando entendido que correrão por sua conta e risco tais correções, sujeitando-se às sanções previstas neste edital. A notificação poderá ser encaminhada por e-mail.

7.7. Constatadas irregularidades quanto à especificação do objeto, o Município poderá rejeitá-lo, no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis. Na hipótese de substituição, a licitante deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar do recebimento da notificação, mantido o preço inicialmente contratado, sob o risco de sofrer as penalidades constantes neste edital.

CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

8.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA NONA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

9.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

9.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

9.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

9.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

9.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

9.1.9. fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

- 9.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- 9.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 9.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
- 9.2.1. Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- 9.2.2. Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas **b, c, d, e, f e g** do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- 9.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas **h, i, j, k e l** do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas **b, c, d, e, f e g**, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
- 9.2.4. Multa:**
- 9.2.4.1 moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- 9.2.4.1.1 O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 9.2.4.2. compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 9.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)
- 9.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).
- 9.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)
- 9.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será inscrita em dívida ativa e cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
- 9.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 9.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 9.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

9.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

9.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

9.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

10.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

10.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma físico-financeiro, por meio de Termo Aditivo.

10.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

10.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

10.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

10.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

10.3.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

10.3.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.3.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

10.3.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.3.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.3.4.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Público Municipal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

4 SECRET. DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

1 SECRET. DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

04.129.0022.2108.Manut. Desenv. Ativ. de Fiscal. da Sec. Faz. e Plan.

3.3.3.90.40. Serviços de tecnol. da inform. e comun. – PJ – Conta nº 410800

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

12.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais ou municipais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, observados os limites atualizados anualmente do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133, de 2021.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato, utilizando de forma subsidiária as normas de direito privado, presando em qualquer caso, pelo interesse público, a economicidade e a eficiência dos serviços prestados.

13.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO (art. 92, §1º)

15.2. É eleito o Foro da Comarca de Ivoti para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Presidente Lucena, 02 de agosto de 2023.

LUIZ JOSÉ SPANIOL
Pelo Contratante

MASPER ASSESSORIA LTDA
Pelo Contratado

GESTOR DO CONTRATO

FISCAL DO CONTRATO

CÉSAR ALBERTO KARLING
Secretário Municipal de Administração

ELENI SALETE EXNER
Agente Administrativo

TESTEMUNHAS:

MARLI ELAINE SCHMITT

CARLOS HENRIQUE SCHAEFFER

As informações e os documentos exibidos foram cadastrados em atendimento à Resolução nº 1050/2015 e não foram previamente examinados por este Tribunal. Seus conteúdos são de inteira responsabilidade da unidade que o cadastrou. O uso das informações disponibilizadas não é de responsabilidade do TCE/RS. Licitações realizadas pela CELIC/RS estão cadastradas no órgão CENTRAL DE LICITAÇÕES DO ESTADO.

Órgão(s)

☐ PM DE CAPIVARI DO SUL
 ☐ PM DE IPÊ
 ☐ PM DE AUGUSTO PESTANA
☐ PM DE CORONEL BARROS
 ☐ PM DE SÃO JOSÉ DOS AUSENTES

Modalidade

Abertura de

01/01/2023

Abertura até

03/02/2025

CPF/CNPJ Vencedor

Situação da Licitação

Todos

Tipo de Objeto

Descrição do Item

icms

Listar Preços (?)

Unidade de Medida

Todos

☐ Não sou um robô

7

Não sou um robô



X Limpar

Q.

1r

Ações ▾

6

Órgão, Modalidade, Nr., Ano, Objeto, Abertura



Nenhuma licitação encontrada